



ACTA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2011
DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos treze dias do mês de Setembro de dois mil e onze, no Hotel das Termas, em Monção, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, adiante designada de CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respectiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Município de Monção. -----

--- Tomando a palavra o senhor Presidente do Município cumprimentou todos os presentes e desejou-lhes uma boa visita a Monção. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos. ----

---1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Acta da 1.ª Reunião Ordinária de 2011 realizada em 2 de Maio de 2011 da Assembleia Intermunicipal e da Acta da 1.ª Reunião Extraordinária realizada em 20 de Maio de 2011 da Assembleia Intermunicipal; -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos membros da Assembleia; -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1. Apreciação da actividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Concelho Executivo (ponto 3, art.º 29º do Regimento); -----

2.2. Designação do Secretário Executivo da CIM Alto Minho; -----

2.3. Proposta da alteração da designação dos Grupos de Trabalho existentes (Saúde e Juventude) para Comissões; -----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

--- O Senhor Presidente informou a Assembleia que tendo o Membro Ricardo Miguel Rodrigues Gomes, Membro da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, eleito pelo Partido Socialista, comunicando a sua renúncia em sete de Setembro de 2011, a Membro Isabel Carvalho Araújo em face dessa renúncia adquire, a partir desta data, a qualidade de Membro efectivo da Assembleia, tendo em conta o facto de ser o primeiro Membro suplente da lista apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na sessão da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez,



realizada a trinta de Dezembro de 2009, tendo em vista a eleição dos Membros para a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho. (Doc. 15/2011) -----

--- O senhor Presidente verificou que estavam presentes 41 Membros, do universo de 48 Membros que constituem esta Assembleia, verificando-se as seguintes substituições: o membro Paulo Jorge Peixoto Pimenta (PS de Ponte da Barca) fez-se substituir por Ana Maria Sousa e Silva; o Membro Maria João Martins Vassalo de Abreu (PS de Ponte da Barca) fez-se substituir por António José Sousa Rocha; Severino Gomes de Sousa (PSD de Caminha) fez-se substituir por Narciso Costa Correia; o Membro Irene Fátima de Sá Pacheco (PSD de Caminha) fez-se substituir por Carla Dias Malheiro Gonçalves; o membro Rosa Maria Pereira Araújo Arezes (PSD de Ponte da Barca); fez-se substituir por Maria Augusta Gabriel dos Reis Lima Fernandes; o Membro José Carlos Coelho Resende da Silva (PS Viana do Castelo) pediu a suspensão de mandato por um dia e o membro Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD de Viana do Castelo) pediu a suspensão de mandato por um período de dois dias. Verificando-se a não comparência, sem comunicação prévia dos Membros: Artur José Rodrigues, Isabel Carvalho Araújo, Paulo Alexandre Baptista Teixeira de Moraes e Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves, tendo sido estas faltas justificadas posteriormente.-----

--- Tendo sido estas faltas justificadas posteriormente.-----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Acta da 1.ª Reunião Ordinária de 2011 realizada em 2 de Maio de 2011 da Assembleia Intermunicipal e da Acta da 1.ª Reunião Extraordinária realizada em 20 de Maio de 2011 da Assembleia Intermunicipal. -----

O senhor Presidente deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Inscreveu-se o Membro Fernando Lima. -----

Fernando Lima (PS) – Após cumprimentar todos os presentes, começou por referir que achava ético que, futuramente nas actas, com a designação do Membro aparecesse o partido político a que pertence. Referiu ainda, que na página cinco no segundo parágrafo tem uma pequena incorrecção, na página doze no antepenúltimo parágrafo seria “fizeram resvalar cerca de dois a três meses a abertura do primeiro aviso”. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação da acta da primeira reunião ordinária realizada a 2 de Maio de 2011, que foi aprovada com 37 votos a favor e com 4 abstenções.-----

--- O senhor Presidente deu por abertas as inscrições para discussão da acta da Primeira Reunião Extraordinária de 20 de Maio de 2011. -----

--- Inscreveu-se o Membro José António Nogueira. -----

José António Nogueira (PS) – Após cumprimentar todo o plenário, citou que já teve oportunidade de referir várias vezes que uma acta é uma súpula. Relativamente à sua intervenção seria de



Handwritten signature and initials: "91C Soares" and "ETZ" with a checkmark.

bom-tom referir que não foi facultado a nenhum Membro o estudo que foi efectuado relativamente ao Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e Tratamento de Efluentes em Baixa nos dez Concelhos do Alto Minho. Referiu ainda, que tentou inscrever-se duas vezes e não lhe foi facultada a palavra. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação da acta da primeira reunião extraordinária realizada a 20 de Maio de 2011 que foi aprovada, com 32 votos a favor e 9 abstenções. -----

--- O senhor Presidente concedeu a palavra ao Membro António Roleira Marinho. -----
Roleira Marinho (PSD) – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que, uma vez que, na qualidade de ex-titular de cargo político lhe é atribuído um subsídio mensal, que embora um parecer dos serviços jurídicos da CIM Alto Minho digam que tal é compatível com o recebimento das senhas de presença, tem um outro parecer da CCDRN que é contraditório a este, por essa razão, declarou que até melhor esclarecimento prescinde do recebimento das senhas de presença, passando a receber apenas o referente à deslocação, pelo que solicitou ao Senhor Presidente que dê as devidas instruções aos serviços de apoio. -----

--- Referiu também que, depois da reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal em Paredes de Coura, a 20 de Maio, para conhecimentos dos trabalhos preparatórios do dossier Águas, dirigiu em datas subsequentes e diferentes, requerimentos ao senhor Presidente, no sentido de através do Conselho Executivo, serem fornecidos documentos de suporte da exposição apresentada em Paredes de Coura. De ambas as vezes recebeu resposta de que tais documentos não estavam disponíveis, resposta dada também a outros membros da bancada do PSD. Por esta razão, questiona sobre a existência ou não de documentos, pois o assunto carece de uma informação clara. Para possibilitar posteriormente condições de pronúncia sobre os caminhos a seguir, desta forma, referiu que coloca novamente à consideração, esta questão, no sentido de que tais documentos sejam disponibilizados aos membros da Assembleia Intermunicipal. -----

---O senhor Presidente da Mesa informou que já por duas vezes através, do senhor Secretário Executivo, solicitou este estudo e que irá solicitar uma terceira vez, salvaguardando que desta vez terão uma resposta e para no seguimento do Membro José António Nogueira fazer parte e ficar anexo à acta da reunião. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo. -----

--- Tomando a palavra o senhor Presidente do Conselho Executivo referiu que não foi do seu conhecimento os pedidos, percebe que na fase em que os pedidos foram feitos, e que, provavelmente coincidiu na transição da saída do anterior Secretário Executivo, e que embora não tivessem reuniões do Executivo em Agosto já tiveram em Setembro e esta matéria não foi



tratada. O senhor Presidente garantiu que disponibilizaria todos os documentos de suporte incluindo os estudos apresentados em Paredes de Coura. -----

Maria Emília Cerqueira (PSD) – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que apenas queria fazer uma declaração de voto, pois o seu voto deve-se ao facto de não ter estado presente na reunião extraordinária da última Assembleia. -----

Augusta Fernandes (PSD) – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que a sua abstenção se prende com o facto de não ter estado presente, na reunião anterior da Assembleia Intermunicipal. -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos membros da Assembleia. -----

---O senhor Presidente deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

---Inscreveram-se os Membros Fernando Cabodeira, Martinho Cerqueira, Ana Novo Antunes, José Carlos Freitas e Abel Baptista. -----

Fernando Cabodeira (PS) – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que em nome do Grupo do Partido Socialista daria uma palavra de reconhecimento e gratidão pelo trabalho que foi efectuado nos últimos tempos no seio da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, pelo seu Secretário Executivo, Eng.º Juvenal Peneda, pois desempenhou um trabalho notório em consonância com os restantes elementos do Conselho Executivo e toda a equipa que liderou, e desta forma desejar-lhe as maiores felicidades no cargo que foi ocupar como Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna. -----

Martinho Cerqueira (CDU) – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que na qualidade de trabalhador dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, gostaria de fazer um ponto de situação e alertar, pois da última vez que estiveram reunidos estava ainda em estudo, um processo de reestruturação e não era oportuna qualquer intervenção. Apresentou um documento com este ponto de situação. (Doc.16/2011). -----

Ana Novo Antunes (PS) - Após cumprimentar todos os presentes, passou à leitura de um voto de congratulação. (Doc.17/2011). -----

José Carlos Freitas (CDS/PP) – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que como é de conhecimento de todos, vive-se um momento com uma conjuntura adversa, económica, social e também financeira que todos vão continuar a sentir. Nesse sentido e com vista a uma contenção de custos por parte das Câmaras Municipais, na Assembleia anterior, ficou decidido de forma unânime a adopção de uma política de contenção de custos energéticos, o que ficou anteriormente acordado, seria no sentido de haver uma proporção que nunca poderia ser desrespeitada: em que uma em cada três luzes seriam desligadas a partir de uma determinada hora, acrescentou que, em alguns locais de Viana do Castelo tal situação não se verificou e



muitas vezes como é de conhecimento do senhor Presidente há uma subversão deste valor, ou seja, em vez de apagar uma em cada três que deveriam estar acesas, têm uma acesa em cada três que estão apagadas. No ponto de vista de estatísticas policiais pode não ter ainda consequências visíveis, mas a verdade é que todos têm direito não apenas à segurança, mas também a um sentimento de segurança. -----

--- Prosseguiu, referindo que, no que concerne ao Porto de Mar de Viana do Castelo todos sabem que está estrategicamente bem localizado, mas todos sabem também, que é um porto de mar que não é servido por vias estruturantes, quer ferroviárias, quer viárias, ou seja, será um porto de mar que morre logo à partida, uma vez que pouco mais servirá a não ser para um projecto que se torna automaticamente falido enquanto essas estruturas não forem adoptadas.---

--- Questionou o senhor Presidente do Conselho Executivo da CIM se, nesse sentido, irá diligenciar de alguma forma para que esse projecto avance e não fique apenas pelo papel como tem acontecido. -----

--- Em relação à ferrovia e à modernização da linha Porto/Vigo, referiu que, todos sabem do empenho do senhor Presidente da Câmara de Viana do Castelo no sentido de diligenciar junto de outras entidades e outras Câmaras Municipais, quer de Portugal quer de Espanha, para que essa modernização ocorra. Desta forma, solicitou também ao senhor Presidente do Conselho Executivo no sentido de se associar a esse movimento, que entretanto foi criado, que é alargado a vários aspectos políticos e a várias organizações políticas e também empresariais para que, finalmente, se consiga encontrar uma solução de um problema que não é de Viana do Castelo, que não está circunscrito apenas a Viana do Castelo enquanto Concelho, mas servirá de certa forma e de forma directa todo o Distrito do Alto Minho. Acrescentou, que é do conhecimento geral, que uma via ferroviária, nos tempos que correm, é verdadeiramente fundamental no contexto de dinâmica comercial, económica, financeira e social de todo o Distrito e não apenas de um Concelho como o de Viana do Castelo. -----

--- Para terminar, referiu que relativamente ao Centro Cultural do Alto Minho reitera publicamente o regozijo pela solução entretanto alcançada por via da negociação a partir e desde o Conselho Executivo da CIM, embora o CDS de Viana do Castelo propusesse a integração deste Município (Viana do Castelo) nesta grande Comunidade Intermunicipal, que foi a única forma encontrada para que se resolvesse esse problema. Referiu ainda, que sabem que a questão de financiamento está ultrapassada, a obra vai ser concluída, mas mais do que a sua conclusão, que entretanto acontecerá, tem que depois, zelar pela sustentabilidade do próprio espaço, pois nada adianta ter uma obra que todos coincidiram, uma obra arquitectonicamente interessante, mas que na prática não será sustentável. -----



M. Soares

--- Apelou ainda à Comunidade Intermunicipal no sentido de ajudar na dinamização do espaço, que não é de Viana do Castelo, pois deixou de ser o Coliseu de Viana do Castelo e passou a ser o Centro Cultural do Alto Minho, no sentido de ajudar a essa sustentabilidade que não será fácil obter de outra forma. -----

Abel Baptista (CDS/PP) – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que havia três questões que gostaria de colocar: a primeira tinha sido levantada pelo Membro Martinho Cerqueira e prende-se com a questão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, associando-se às preocupações manifestadas, dando também uma palavra de esperança. Acrescentou que o membro Martinho Cerqueira obviamente falou na primeira pessoa, pois é trabalhador da casa e sabe das fragilidades e dos seus problemas, mas em sua opinião, acima tudo acha que o problema dos Estaleiros Navais é um problema estratégico, um problema político e que deve ser tratado de forma política. Referiu também que gostaria de se regozijar, pois ao fim de três meses de um novo Governo, os Estaleiros hoje, não estão com a perspectiva de um despedimento de cerca de 300 trabalhadores, mas sim com a perspectiva de uma resolução, de um problema que é o problema dos Estaleiros, que diz respeito à estratégia comercial e empresarial, no que diz respeito à associação com outras entidades do sector. Acrescentou que, traçar uma linha de rumo para os Estaleiros, será de construção naval, para grandes navios ou será de construção naval para navios mais pequenos e de cruzeiro, um nicho no mercado que ainda não está suficientemente explorado, e que aquilo que no momento poderá registar é que com o novo Governo existe uma nova esperança. -----

--- Prosseguiu, referindo que, gostaria ainda deixar dois alertas relativamente a duas situações; uma delas é uma questão que felizmente por razões climatéricas este ano não foi tão grave como foi o do ano anterior, embora em algumas circunstâncias, tenha sido dramático, pontualmente e que se prende com a questão dos fogos florestais. Em sua opinião esta questão deveria ser tratada mais afincadamente, pelas competências e funções da Comunidade Intermunicipal. Foi criada mais uma ZIF, da Associação Florestal do Lima, que tem estado a trabalhar nos quatro Concelhos do Vale do Lima, mas julga ser necessário trabalharem em conjunto em toda a área de actuação a nível dos dez Municípios, necessitando de arranjar uma estratégia no que diz respeito às questões da floresta, porque essa, é algo que poderão ter como riqueza própria, que pode criar emprego, criar exportação, desenvolvimento rural. -----

--- Para terminar, referiu que, não poderão deixar de criticar, a Entidade de Turismo Porto/Norte de Portugal, pois no que diz respeito à região do Alto Minho considera que esta Entidade apesar de ter sede em Viana do Castelo tem sido muito pouco activa relativamente à Região do Alto Minho. Referiu ainda que, qualquer um dos senhores Presidentes de Câmara, tem feito mais



*Luís
Ferreira*

pelo Turismo do que a Entidade Regional de Turismo e em sua opinião antes de colocarem criticamente este problema junto de quem deve ser colocado, nomeadamente o senhor Presidente, deverão tratar também este problema dentro da Comunidade Intermunicipal, por esta razão, solicitou ao senhor Presidente do Conselho Executivo que, eventualmente desenvolva reuniões com esta Entidade no sentido de alertar para esta situação. Referiu que se associa ao que foi dito anteriormente relativo ao Eng.º Juvenal Peneda que obviamente merece também a satisfação de todos por ter sido convidado para o Governo. Referindo ainda que da parte do CDS têm muito prazer que um ex-colega, Eng.º Daniel Campelo, seja hoje Secretário de Estado e que possa obviamente desenvolver um trabalho que também seja útil para a região.

Roleira Marinho (PSD) – Referiu que o PSD gostaria de se associar às palavras proferidas pelo membro Fernando Cabodeira, em relação ao Secretário Executivo cessante, Eng.º Juvenal Peneda e desejar-lhe as maiores felicidades nas novas funções em que foi investido e fazer votos de que se a Assembleia votar um novo Secretário Executivo se possa ter com ele as mesmas relações profícuas que tiveram com o anterior. Referiu que, relativamente à intervenção do membro Martinho Cerqueira, partilham as mesmas preocupações por aquilo que tem sido a vida nos últimos anos dos Estaleiros de Navais de Viana do Castelo. Estão conscientes de que é preciso uma reestruturação que deve ser feita com tranquilidade, e que essa reestruturação é aquela que havia sido proposta e que foi suspensa. Acrescentou, que aguardam, por isso, que surjam melhores notícias e que os Estaleiros Navais venham a ser uma empresa com a marca e o prestígio que o seu passado merece, mas não poderão nunca cair em demagogias, mencionou que estão certos de que os trabalhadores dos Estaleiros Navais saberão dar resposta adequada quer ao funcionamento dos Estaleiros, quer aqueles que agora são responsáveis, pois vão ter que estar atentos às consequências e às necessidades que tal empresa representa no Distrito de Viana do Castelo. Em relação à intervenção da membro Ana Lobo e do membro José Carlos Freitas sobre a via Porto/Vigo, referiu que é uma via que merece ser olhada com a devida atenção e que estarão ao lado de todos quantos se empenharem na renovação e na reorganização desta via, do caminho-de-ferro que é importantíssima para o todo do Distrito de Viana do Castelo e para todo o Alto Minho, também para a qualidade de vida da população. -----

--- Referiu que as vias de acesso ao Porto Mar de Viana do Castelo deveriam estar também na preocupação das reivindicações da Comunidade Intermunicipal, nomeadamente do Conselho Executivo. Acrescentou ainda, que relativamente à intervenção do membro Abel Baptista tem toda a sua concordância. -----

Rui Solheiro (PS)– Relativamente ao acesso rodoviário Porto/Viana do Castelo, referiu que na última reunião estiveram com o senhor Secretário de Estado dos Transportes no âmbito da CIM



e que a propósito também das SCUTS, foi levantada a questão de o senhor Presidente da Câmara de Viana do Castelo ficar com a decisão de avançar ou não com a obra, porque o projecto está concluído desde 2008, ou seja, é uma decisão política, uma decisão central que o Conselho Executivo colocou recentemente e manterão a pressão para que se realize. -----

--- Relativamente à poupança de energia, referiu que já tinha sido dito que houve um consenso entre os dez Municípios no âmbito da CIM, para um comportamento mínimo em termos de poupança, ou seja, em cada três pontos de luz nos centros urbanos, ser apagado um, e que para além disso podem optar por uma política de poupança superior, fazendo dois em três ou mesmo três em três. Acrescentou que é uma política Municipal e, de acordo com as finanças, de cada Município, o que a CIM entende e reconhece é que alguma coisa tinha que ser feita e o mínimo era apagar uma em três, se há Municípios que entendem ir mais longe é da responsabilidade de cada Município e não viola em nada o acordo estabelecido. -----

--- Em relação à Entidade de Turismo Norte de Portugal, referiu que na última reunião da CIM decidiram convidar para uma próxima reunião o Presidente dessa instituição precisamente por essa preocupação, uma vez que essa nova entidade não está a fazer nada pelo Alto Minho.-----

--- Acrescentou que pensaram criar alternativas no âmbito da CIM e de alguma forma disfarçar esta falha que hoje em dia existe no Alto Minho. -----

--- Referiu que, em relação aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, quando foi anunciada a hipótese de serem despedidos cerca de 360 trabalhadores, o Conselho Executivo tomou uma posição contra, comunicado dirigido ao senhor Ministro da Tutela, manifestando a sua preocupação e reconhecendo a importância estratégica para toda a região e não apenas para o Município de Viana do Castelo desta empresa e das implicações que isso poderia ter em termos económicos e sociais. A resposta do senhor Ministro foi aquela tornada pública, de que o processo ia ser melhor analisado para uma resposta posterior, em Setembro ou Outubro. -----

--- No âmbito da Política Florestal, referiu que existe um processo anterior, já tinham reunido com o senhor Secretário de Estado do anterior Governo, propondo a disponibilidade da CIM para assumir as competências na área da economia florestal no Alto Minho, assumindo competências que são hoje da Direcção Geral, para, em parceria poderem com gestores e proprietários dos baldios, privados e agentes económicos que trabalham no sector algum protagonismo. -----

--- Acrescentou, que já estava constituída uma comissão para efectuar esse trabalho. Depois da alteração do Governo, reuniram na passada sexta-feira, com o Senhor Secretário de Estado onde novamente, esta questão foi colocada, tendo ficado assumido a indicação de representantes da Secretaria de Estado para com um representante da Direcção Geral e da CIM, poderem em conjunto, trabalhar um documento que permita dar passos nesse sentido. -----



--- Acrescentou ainda, que o que a CIM pretende não ser apenas crítica em relação à política florestal e a este flagelo permanente dos incêndios, mas ser parte activa para ajudar a resolver os problemas. -----

--- Tomando a palavra o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento à Assembleia que o Membro Martinho Cerqueira fez chegar à Mesa um memorando sobre a actual situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, com um pedido de divulgação por todos os Membros da Assembleia. O Senhor Presidente informa que no dia seguinte, por e-mail será enviado a todos os membros da Assembleia Intermunicipal, entregando, em papel, ainda na reunião ao Conselho Executivo, assim como aos senhores Presidentes de Câmara e líderes partidários dos grupos presentes. (Doc.18/2011) -----

--- O senhor Presidente da Assembleia referiu ainda que a Membro Ana Novo propôs à mesa um voto de congratulação (documento já referido, nº17/2011), que mencionava que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende apresentar um voto de congratulação à CIM na pessoa do senhor Presidente do Conselho Executivo pelo seu contributo e trabalho já desenvolvido neste importante projecto para o Alto Minho e, ao Presidente da Câmara de Viana do Castelo pela intervenção no âmbito da Associação do Eixo Atlântico na articulação com a vizinha Galiza na mobilização da Euro Região para esta iniciativa. O senhor Presidente deu por abertas as inscrições para discussão deste voto de congratulação. Inscreveram-se os Membros Roleira Marinho, Abel Baptista, Ana Novo. -----

Roleira Marinho (PSD) – Referiu que este é um voto que merece uma votação genérica favorável, mas apenas genérica, pois não podem votar nos termos em que está. Acrescentou que esta questão do empenho para que esta infra-estrutura local, regional e também nacional venha a manter-se, tem merecido da parte de todos os autarcas, nomeadamente Presidentes de Câmara de todos os Concelhos de Viana do Castelo e Vale do Minho, por essa razão deverão referir que os anteriores Governadores Civis, foram pessoas que empenhadamente sempre estiveram disponíveis e lutaram para que essa infra-estrutura se mantivesse. Recordou ainda que os senhores Deputados de todos os Partidos Políticos, vêm sempre reclamando pela manutenção do caminho de ferro Porto/Vigo e poderia alargar o número de entidades que sobre tal se têm pronunciado, por essa razão e nesse ponto em concreto, na sua opinião este voto deve ser alargado. -----

Abel Baptista (CDS/PP) - Referiu que não tinha entendido que este era um voto para votar, mas sim um voto proclamatório, por essa razão não tem nada a opor, em sua opinião ao fazer um combate como este, o senhor Presidente do Conselho Executivo e o senhor Presidente da Câmara de Viana do Castelo, estão a exercer as suas funções. -----



*Teatr
9/10/08*

--- Acrescentou que fazer o que é dever e função não deve ser votado como louvor, ou seja, quando se extravasa aquilo que é dever em defesa das populações, aí sim são merecedores de louvores. Por esta razão o CDS votará contra. -----

Ana Novo (PS) – Referiu que iria tentar esclarecer umas dúvidas, pois a parte final é dirigida à CIM incluindo todos os Membros. Quanto à congratulação, referiu que em sua opinião há momentos em que é necessário tomar atitudes e que esta linha é importante, pois estão a falar do fim de uma linha que há muito pouco tempo estava previsto. Acrescentou que todos estão a fazer o seu papel, embora haja momentos em que é necessário intervir e esses momentos são determinantes e porque não por vezes congratular as pessoas que tomam as medidas acertadas. -----

--- O senhor Presidente passou de imediato à votação do voto de congratulação que foi aprovada com 20 votos a favor, 1 voto contra e 19 abstenções. -----

--- O senhor Presidente concedeu a palavra à membro Maria Emília Cerqueira para fazer uma declaração de voto. -----

Maria Emília Cerqueira (PSD)– Após cumprimentar todos os presentes, referiu que o seu voto contra é pelas mesmas razões do que disse anteriormente, o membro Abel Baptista, porque quem faz o que é da sua competência, com zelo e diligência, com todos os esforços que tem que encetar para uma actividade não é por votos de louvor e por muito meritório do senhor Presidente do Conselho Executivo e do senhor Presidente de Câmara de Viana do Castelo. O seu voto contra não tem nada a ver com esse mérito, mas sim porque é, completamente, despropositado um voto de louvor para quem exercer as funções que lhes estão cometidas.-----

--- O senhor Presidente deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, passando de imediato ao Período da Ordem do Dia. -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1. Apreciação da actividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Concelho Executivo (ponto 3, art.º 29º do Regimento). -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo que começou por referir que houve alguns períodos de processo eleitoral, substituições de Governo, ou seja, a máquina do Estado de alguma forma não funcionou com a celeridade habitual e que houve também a substituição do Secretário Executivo da CIM, para além do período de férias, ou seja, não foi um período em que se pudessem dar grandes saltos em áreas e com grandes novidades, embora se tivesse conseguido manter um bom ritmo de trabalho com resultados satisfatórios. -----

--- No que respeita ao PTD, referiu que os resultados da execução atingida, superior a 75%,



*Tratado
90/000. M.*

--- Mencionou que, o PROMAR está a funcionar com uma gestão autónoma e já foram abertos dois concursos, essencialmente, virados para a economia e para a iniciativa privada, menos para o público e que está a funcionar a velocidade cruzeiro. Acrescentou que a CIM tem tido a preocupação de procurar aproveitar o facto de estarem os dez Municípios da Instituição unidos para poderem com estes ganhos de escala, ganhar também, eficiência em alguns sectores, como é o caso da água e saneamento. Os transportes, outra área onde se está a apostar fortemente, não só nas Redes Municipais mas também nas Redes Intermunicipais e Regional sendo o comboio um meio importante de ligação ao Porto. Estando a ser tratado o assunto com o Secretário de Estado dos Transportes para que seja possível incluir no concurso dos suburbanos do Porto, Viana do Castelo, para possibilitar uma linha com outras condições, maior rapidez, segurança de circulação e que permita também regularidade de ligações entre o Porto e Viana do Castelo, podendo ser a CIM Alto Minho a ajustar a rede Regional Rodoviária também essa nova realidade. -----

--- Na área das Florestas, referiu que a CIM está disponível para ir mais longe e assumir responsabilidades nesta área, recentemente foi colocado o problema ao Senhor Secretário de Estado, fornecendo também o estudo que os serviços da CIM já tinham elaborado neste domínio, esperando agora o arranque em definitivo de uma proposta que permita dar passos significativos no sentido de descentralizar, nesta área, e permitir funcionar o Alto Minho como experiência piloto em termos nacionais, numa área tão importante para o país como é o caso das florestas. -----

--- Referiu ainda, que foi aberto um concurso previsto e já foi adjudicado o Plano Estratégico para o Alto Minho, informou que houve inclusive reclamações que atrasaram ligeiramente o concurso, mas que neste momento já está adjudicado ao gabinete de Augusto Mateus e que vão desenvolver-se os trabalhos para este Plano Estratégico em que todos vão participar para definirem uma estratégia a prazo para a Região. -----

--- Informou ainda, que o Governo tem anunciado a intenção de reforçar competências nas CIM's e fazê-lo a título experimental em duas ou três CIM's do país. Estando a CIM do Alto Minho com processos deste tipo disponibilizou-se junto do Senhor Ministro, Miguel Relvas para serem uma das CIM's eleitas para esse projecto-piloto. -----

---- Nada mais havendo a tratar sobre este ponto o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem do Dia. -----

2.2 - Designação do Secretário Executivo da CIM Alto Minho. -----

---O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo para introdução deste ponto. -----



---Tomando a palavra, o senhor Presidente, propôs à Assembleia a designação do Engenheiro, Júlio Pedro Garcez dos Santos Pereira, como novo Secretário Executivo, informou que o seu vasto currículo foi distribuído pelos Membros da Assembleia, acrescentando que todos reconhecem no Eng.º Júlio Pereira um técnico de qualidade e que para a CIM foi um grande prazer conseguir a sua vinda, apesar de algumas dificuldades sentidas. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro Fernando Cabodeira. ----

Fernando Cabodeira (PS) – Em nome da bancada do Partido Socialista tal como tiveram uma palavra de reconhecimento pelo anterior Secretário Executivo, desejam ao novo Secretário Executivo boa sorte e felicidades para as funções que vai desempenhar. -----

----O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação deste ponto, tendo sido aprovada por unanimidade. (Doc. 19/2011) -----

--- O senhor Presidente da Assembleia felicitou o novo Secretário Executivo pelo seu novo cargo na CIM Alto Minho. -----

---O senhor Presidente concedeu a palavra ao membro Roleira Marinho. -----

Roleira Marinho (PSD) – Relativamente ao que tinha dito anteriormente gostaria de saudar também, o novo Secretário da CIM e desejar-lhe os maiores sucessos no desempenho das novas funções, certo que o seu sucesso será o sucesso da própria CIM desejando que todos se relacionem com a mesma elevação, qualidade e empenho. -----

Abel Baptista (CDS/PP) – Em nome do CDS felicitou o Senhor Engenheiro e Mestre, Júlio Pereira desejando-lhe as maiores felicidades em termos profissionais. Podendo esperar do Grupo do CDS a maior cooperação e colaboração, obviamente acompanhando todas as actividades que forem relevantes em termos políticos, pois é essa a função de todos, mas com certeza que o trabalho executivo seja um trabalho muito árduo e muito permanente e sobretudo muito persistente e que têm a certeza que pelo curriculum que já analisaram do Senhor Eng.º Júlio Pereira vai ser esse, seguramente, o seu trabalho e o seu empenho. Acrescentou que estarão sempre ao dispor para o desempenho das funções que tenham a ver com carácter político, e que obviamente, entenda colocar à disposição do CDS. -----

--- Para terminar, referiu que do Grupo do CDS poderá esperar também algum trabalho de cooperação no sentido de obterem informações através da Mesa e do senhor Secretário Executivo, mas que nunca serão questões que tenham a ver com aspectos técnicos, mas com questões que tenham a ver com aspectos políticos. -----

Martinho Cerqueira (CDU) – Em nome da CDU desejou ao novo Secretário Executivo as maiores felicidades no seu trabalho, que não será difícil de concretizar com a união existente nesta equipa.-----



*T. L. P.
G. C. J. P. 4.*

2.3. Proposta da alteração da designação dos Grupos de Trabalho existentes (Saúde e Juventude) para Comissões. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia, referiu que foram informados pelo anterior Secretário Executivo (Eng.º Juvenal Peneda) de que o Grupo da Juventude não teria direito ao pagamento de ajudas de custo. Nesse sentido trazem esta proposta à Assembleia para se poder alterar a designação de Grupo para Comissão para se poder abonar aos membros que o compõem este Grupo de Trabalho, formado a 29 de Março de 2010, constituído por João Manuel Alves Castro, José Alfredo Pereira Bastos de Oliveira e Carlos Manuel Sousa Barbosa que se juntaram para prepararem a respectiva legislação para criação do futuro Concelho Intermunicipal da Juventude.-----

--- Foi entendido que este abono deverá ser pago, pois o trabalho é equivalente aos outros grupos de trabalho que constituem as Comissões da Saúde e da Revisão do Regimento, assim solicitam à Assembleia a aprovação da alteração da designação de Grupo para Comissão para que, efectivamente, possa haver lugar ao pagamento dos devidos abonos.-----

--- O senhor Presidente abriu as inscrições para discussão deste ponto, à qual se inscreveu o membro Fernando Cabodeira. -----

Fernando Cabodeira (PS) – Comunicou que o Grupo Partidário concorda com este parecer jurídico da parte da CIM, mas propõe a extinção da Comissão de Trabalho da Juventude. E propõe a criação de uma Comissão mais alargada, com a possível designação de “Comissão da Saúde e Assuntos Sociais”. Acrescentando que não é uma minimização das questões relacionadas com a área da Juventude, mas salientando também a importância da defesa da terceira idade, área muito carenciada na região, ou ainda a criação de uma Comissão relacionada com a segurança interna. Defendendo a continuidade da Comissão da Saúde acrescentando assuntos sociais, que já abarcariam os problemas do desemprego juvenil, o desemprego em geral com outras situações que infelizmente estão a abraçar a região e todo o país. -----

José António Nogueira (PS) – Interrogou o senhor Presidente da Assembleia, se é intenção da Mesa pagar ao antigo grupo os abonos referidos, pois em função da resposta dada continuaria ou não a sua intervenção. -----

--- O senhor Presidente esclareceu que é intenção da Mesa solicitar o pagamento de todos os abonos.-----

José António Nogueira (PS) – Referiu que é seu dever enquanto Membro da Assembleia Intermunicipal, alertar o senhor Presidente, que pelo menos, deveria esta Assembleia não votar apenas a alteração da designação de Grupo, mas sim os efeitos retroactivos desde a sua



criação, sob pena, de estar a Mesa a cometer uma ilegalidade se pagar os subsídios anteriores, ou seja, todos os regulamentos, todas decisões dispõem para o futuro e nunca para o passado. Pois se quiserem rectificar a designação com efeitos retroactivos teriam necessariamente que assim o fazer. Em sua opinião é uma justiça quem se recusa a receber ajudas de custo. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia referiu que a Mesa ao apresentar esta proposta tem precisamente intenções na sua retroactividade. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou à votação da proposta, que foi aprovada por unanimidade. -----

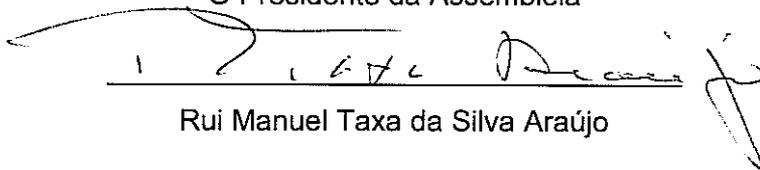
3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

--- O senhor Presidente passou ao terceiro ponto da Ordem do Dia. -----

--- Não se registaram quaisquer inscrições, depois de inquiridos os presentes. -----

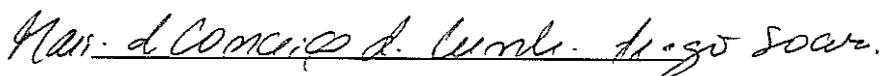
--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e encerrou os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada no próximo Plenário, há-de ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi. -----

O Presidente da Assembleia



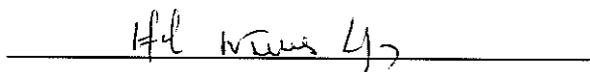
Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia

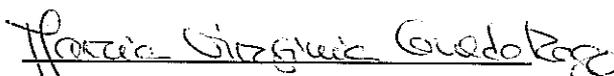


Maria Conceição da Cunha Aragão Soares

O Secretário da Assembleia



Abel Nunes Lopes



Maria Virgínia Guedes do Rego